

CONTROLE PÚBLICO NA GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Desde o início desta década, a indústria petroquímica nacional atravessa intenso processo de concentração e centralização de capital em mãos do setor privado. Estas mudanças são justificadas pela necessidade gerar maior competitividade à cadeia produtiva da indústria petroquímica e dos plásticos no cenário internacional e para fortalecer o processo de inserção no mercado internacional.

Entretanto, a realidade mundial mostra que as empresas estatais de petróleo têm integrado suas atividades petroquímicas avançando até a segunda geração. Exemplos desta estratégia são as empresas estatais SINOPEC (China), Petronas (Malásia) e SABIC (Arábia Saudita).

A indústria petroquímica nacional passou por um intenso processo de reestruturação desde o início dos anos de 1990 através da compra de ativos e privatização de empresas até então sob o controle estatal. Esse modelo mostrou-se desastroso para o setor que estagnou por ausência de novos investimentos. A retomada do setor petroquímico se dá justamente com o retorno do Estado através da Petrobrás. Porém, esses investimentos públicos estão sendo direcionados para a construção do setor petroquímico sob o controle do capital privado.

Dessa intensa movimentação emergiram, em 2008, duas grandes empresas privadas, Braskem e Quattor, cabendo à Petrobras participação minoritária em ambas. Mais recentemente a Braskem anunciou a compra da Quattor. Essa aquisição concentra em uma única corporação a produção nacional de eteno e propeno, matérias-primas básicas para fabricação de resinas plásticas, criando monopólio tanto na fabricação de polietileno e polipropileno no Brasil, quanto na demanda por força-de-trabalho, uma vez que o poder de contratação e definição de remuneração se concentrará nas mãos de uma única empresa

A nova empresa terá poder absoluto para ditar os preços das matérias-primas ofertadas para as mais de oito mil empresas de transformação plástica que se situam na terceira geração da cadeia produtiva. Em sua maioria, são empresas de pequeno porte e que respondem por grande parte dos empregos gerados no setor, cuja produção interfere diretamente nas cadeias produtivas de alimentos, saúde, agricultura, energia, têxtil, entre outros.

Para viabilizar a operação a Petrobrás irá desembolsar R\$ 2,5 bilhões para aumento de capital da Braskem. A movimentação de capital que a Petrobrás disponibilizou para a formação da Quattor por ocasião da aquisição da Suzano e a compra da Ipiranga em nenhum momento gerou novos empregos, ao contrário, patrocinou demissões na primeira e segunda geração.

Além disso, nos últimos anos a Braskem tem sido beneficiada com os empréstimos do BNDES para financiar suas operações. Em 2008 os encargos financeiros anuais pagos pela empresa em decorrência dos financiamentos do BNDES totalizaram mais de R\$ 1 bilhão com juros médios em torno de 2,9% ao ano.

A constituição de um monopólio privado no setor petroquímico tem sido financiada, nesses últimos anos, através de recursos públicos. Entre 2005 e 2008 a indústria petroquímica foi beneficiada com investimentos do BNDES no montante de R\$ 9 bilhões, já no período entre 2010 e 2013 o valor previsto é de R\$ 31 bilhões, trata-se de um crescimento de 256% entre os dois períodos, superando todos os demais setores econômicos. Em 2009 os desembolsos por parte do BNDES para a indústria petroquímica e química representaram 24% do total dos empréstimos direcionados à indústria brasileira, sem a exigência de contrapartidas sociais como a manutenção ou geração de postos de trabalho.

A utilização de recursos públicos com a finalidade de promover o monopólio privado para controle de um insumo essencial para a cadeia de transformados plásticos é uma prática condenável porque submete milhares de empresas que compõe a terceira geração a um único fornecedor cuja lógica é exclusivamente a do mercado e do lucro.

Qualquer monopólio privado na indústria petroquímica é danoso à sociedade. Para os trabalhadores, suas conseqüências são desastrosas, pois se trata de um setor que já opera no limite mínimo de trabalhadores. Sendo o setor altamente intensivo em capital, a produtividade por trabalhador é elevadíssima. Os processos de concentração e centralização de capital em curso no setor intensificam as exigências em termos de ritmo de trabalho, sem que se construam mecanismos verdadeiramente democráticos de participação dos trabalhadores na tomada de decisões.

Em 2008 a criação da Quattor, assim como da consolidação da Braskem, já vinha impondo grandes prejuízos aos trabalhadores e às suas organizações sindicais, principalmente pelas diferenças verificadas em diversos temas trabalhistas e de relação sindical entre suas unidades. Com essa consolidação crescem os desafios, devido às desigualdades regionais e de benefícios, existente entre as empresas, que geram um ambiente de insegurança e incertezas.

Diferenças salariais entre as regiões e as políticas de remuneração indireta (assistência médica e odontológica, cesta básica, abono de férias e auxílio educação), de previdência complementar, de remuneração variável (programas de Participação nos lucros ou Resultados) e de direitos trabalhistas (pagamentos de horas extras) reconhecimento da representação sindical e negociação coletiva) apresentam consideráveis variações entre as empresas que faziam parte do complexo petroquímico. A concentração em uma única empresa pode precarizar ainda mais os direitos e benefícios dos trabalhadores.

Nossa ação: mobilizar o setor petroleiro e petroquímico e pressionar a Petrobras e o Governo Federal

É somente através de uma estratégia coordenada de investimentos públicos em setores fundamentais de infra-estrutura, energia, fertilizantes, petróleo e petroquímica, que permitirá a economia brasileira desenvolver-se e melhorar a condição de vida da população.

Por isso, defendemos o controle e o planejamento estatal no setor petroquímico nacional, através da liderança da Petrobras no contexto de projeto de desenvolvimento para a cadeia produtiva que se inicia com a extração do petróleo e do gás, avança para a petroquímica e se integra na oferta de resinas para a transformação plástica. Faz-se necessária uma atuação responsável que inclua todos os segmentos da cadeia de produção.

Para isso, é fundamental amplo e público debate sobre os rumos da cadeia produtiva petroquímica brasileira. Especialmente, em relação a dois conteúdos que, conjuntamente, são centrais para balizar um tempo novo na petroquímica Brasileira:

- manutenção do emprego e de todos os direitos dos trabalhadores petroquímicos, com contratação direta dos trabalhadores terceirizados.
- construção de modelo de gestão baseado na participação dos trabalhadores na definição dos rumos da empresa, através da Organização por local de trabalho e de representantes no conselho administrativo, eleitos pelos trabalhadores.

Juntamente com movimentos sociais populares, no âmbito da campanha “O petróleo tem que ser nosso”, apresentamos à Câmara dos Deputados o projeto de lei alternativo 5891/2009, por meio do qual propomos o controle estatal de todas as etapas da produção do petróleo, incluindo a petroquímica, o fim das rodadas de licitações e a retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados, garantindo a Petrobras como empresa 100% estatal.

Desenvolveremos iniciativas que combinam ações no campo institucional e de mobilização dos trabalhadores cobrando do governo um posicionamento claro em relação às preocupações e reivindicações dos trabalhadores e aos interesses da sociedade. Serão solicitadas audiências públicas, audiências com o Poder Executivo, Petrobrás e BNDES.

Além disso, realizaremos mobilizações, sobretudo nas localidades onde estão instaladas as plantas produtivas e os escritórios administrativos Braskem e Petrobras, expondo publicamente às práticas perversas adotadas historicamente pela Braskem e a omissão da Petrobras na relação aos trabalhadores petroquímicos afetados pelo negócio.

O protagonismo do Estado em setores essenciais da economia é condição para que o país possa crescer integrando toda a atividade produtiva, estimulando o desenvolvimento regional, gerando trabalho decente e contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.